



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 0375/2023 - GMS Nº 2054/2023.

**CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO COMPLEXO MÉDICO PENAL - CMP, QUE ENTRE SI FAZEM O ESTADO DO PARANÁ, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E A EMPRESA INPHARMA HOSPITALAR LTDA.**

**PROTOCOLO nº: 19.307.174-0**

**CONTRATANTE:** O ESTADO DO PARANÁ, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, inscrito no CNPJ sob n.º 76.416.932/0001-81, com sede na Rua Cel. Dulcídio, nº 800, bairro Batel, CEP 80.420-170, Curitiba/PR, neste ato, representada pelo senhor **Cel. PM Adilson Luiz Lucas Prüsse**, inscrito no CPF nº 752.181.279-49, portador da carteira de identidade nº 4.562.144-8, nomeado pelo Decreto nº 0033, de 03 de janeiro de 2023.

**CONTRATADO(A): INPHARMA HOSPITALAR LTDA.**, CNPJ nº 43.607.262/0001-21, com sede na Rua Maria José Nogueira, nº 658 – sala 2, bairro Jardim Coopagro, CEP: 85.903-430, Município de Toledo/PR, neste ato representada pelo senhor Jean Carlos Petry, RG nº 8.651.599-7 SESP/PR e CPF nº 063.086.819-03.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1** O presente contrato tem por objeto, pela parte do CONTRATANTE, a **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO COMPLEXO MÉDICO PENAL - CMP**, fornecido pela CONTRATADA, de acordo com as condições e especificações mínimas exigidas no Termo de Referência e proposta comercial da empresa.

Lote	Descrição	Qtde.	Preço unitário	Preço total
3	(6502-1099) - Diazepam, 5 mg, Comprimido, Blister, VIA DE ADMINISTRAÇÃO: Oral, PORTARIA 344/98: B1, UNID. DE MEDIDA: Unitário	150.000	R\$ 0,16	R\$ 24.000,00
13	(6401 - 20692) - Cloridrato de prometazina, 25mg/2ml, EMBALAGEM: Ampola, UNID. DE MEDIDA: Unitário	2.000	R\$ 3,69	R\$ 7.380,00
Valor total				R\$ 31.380,00

**CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTO**

JEAN CARLOS PETRY:  
06308681903

Assinado digitalmente por JEAN CARLOS PETRY:06308681903  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Polícia Federal do Brasil - RFB, OU=RFB s-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=7896562000152, OU=Presencial, CN=JEAN CARLOS PETRY, o=6308681903  
Resido: Eu sou o autor deste documento  
Localização: sua localização de assinatura aqui  
Data: 2023.05.16 10:58:16-03'00"  
Foxit PDF Reader Versão: 11.2.1

1

Inserido ao Protocolo 19.307.174-0 por Lucas de Castro Furtado em: 05/05/2023 11:49. Download realizado por Elisiane de Farias em 08/05/2023 14:04

Assinatura Qualificada realizada por: **Adilson Luiz Lucas Prusse** em 31/05/2023 07:19. Assinatura Qualificada Externa realizada por: **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:58, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:58, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:58, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:59, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:59, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:59, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00.



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 0375/2023 - GMS Nº 2054/2023.**

**2.1** Este contrato decorre do Pregão Eletrônico nº 1678/2022, objeto do processo administrativo n.º 19.307.174-0, com homologação publicada no Diário Oficial do Estado nº 11394, de 05/04/2023.

**CLÁUSULA TERCEIRA - FORMA DE FORNECIMENTO**

**3.1** O fornecimento deverá ocorrer em entrega única no endereço do Complexo Médico Penal, Avenida Ivone Pimentel s/n, Parque das Nascentes Pinhais/Pr, no decurso de segunda-feira a sexta-feira, das 9:00 às 12:00h e 13:00 as 16:00h. Tendo como prazo de entrega 30 dias a partir do recebimento do empenho por parte da licitada.

**3.2.** O acondicionamento e o transporte dos medicamentos devem ser feitos de acordo com o exigido para cada tipo de produto, devidamente protegido do pó e variações de temperatura, especialmente no caso de medicamentos termolábeis, de modo a garantir a qualidade e integridade dos mesmos.

**3.3.** As embalagens externas devem mencionar as condições corretas de armazenamento do produto, entre elas, temperatura, umidade, empilhamento, entre outras.

**3.4.** No caso dos medicamentos com prazo de validade superior a 1 (um) ano, por ocasião da entrega somente serão aceitos aqueles cujos prazos de validade a transcorrer seja igual ou superior a 80% (oitenta por cento) do prazo previsto, ou seja, que ainda não tenha decorrido 20% (vinte por cento) do prazo de validade.

**3.5.** No caso de medicamentos com prazo de validade igual ou inferior a 1 (um) ano, somente serão aceitos aqueles cujos prazos de validade a transcorrer seja igual ou superior a 90% (noventa por cento) do prazo previsto, ou seja, que ainda não tenha decorrido 10% (dez por cento) do prazo de validade.

**3.6.** O Contratante se reserva o direito de não receber nenhum produto com prazo de validade inferior aos especificados nos itens 1.3.3 e 1.3.4, ressalvados os casos de interesse da Administração, desde que exista solicitação prévia da Contratada e justificativa expressa do órgão interessado, caso em que será formalizado o compromisso de troca de todo o quantitativo não utilizado.

**3.6.1.** A carta de comprometimento de troca deverá acompanhar a nota fiscal no ato da entrega.

**3.6.2.** A solicitação de troca e coleta do quantitativo não utilizado será realizada pelo Contratante 60 (sessenta) dias antes do vencimento do produto.

**JEAN CARLOS PETRY:**  
06308681903

Assinado digitalmente por JEAN CARLOS PETRY:06308681903  
DN: C=BR, O=Brasil  
OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=(EM BRANCO), OU=7608562000132, OU=Presencial, CN=JEAN CARLOS PETRY:06308681903  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização sua localização de assinatura aqui  
Data: 2023.05.16 10:58:31-0300  
Fonte PDF: Rouseer Versão: 11.2.1

2

Inserido ao Protocolo 19.307.174-0 por Lucas de Castro Furtado em: 05/05/2023 11:49. Download realizado por Elisiane de Farias em 08/05/2023 14:04

Assinatura Qualificada realizada por: **Adilson Luiz Lucas Prusse** em 31/05/2023 07:19. Assinatura Qualificada Externa realizada por: **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:58, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:58, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:58, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:59, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:59, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:59, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00.



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 0375/2023 - GMS Nº 2054/2023.**

- 3.6.3.** A troca deverá ser realizada em até 30 (trinta) dias após a solicitação da Contratante.
- 3.6.4.** No ato da entrega de medicamentos garantidos pela carta de comprometimento de troca, a nota fiscal apresentada deve informar que o produto é referente a uma reposição por troca, especificando a nota fiscal e empenho de origem.
- 3.7.** As distribuidoras devem apresentar certificado de procedência dos produtos, lote a lote, a ser entregue de acordo com o estabelecido na licitação, conforme o art. 6º da Portaria 2.814/1998 do Ministério da Saúde.
- 3.8.** A entrega dos medicamentos adquiridos deverá ser acompanhada dos respectivos laudos de qualidade (art. 3º, § 4º da Lei Federal n.º 9.787/1999).
- 3.9.** O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a legislação sanitária e com o Código de Defesa do Consumidor.
- 3.10.** Os medicamentos deverão ser entregues em embalagens adequadas contendo de forma visível os seguintes dizeres: “PROIBIDA A VENDA PELO COMÉRCIO” (art. 7º da Portaria nº 2.814/1998 do Ministério da Saúde). Esta informação deverá constar da embalagem de forma que não possa ser removida sem danificá-la. Em caso de latas ou frascos, deve estar no corpo da embalagem e não na tampa.
- 3.11.** As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas.
- 3.12.** As embalagens primárias dos medicamentos (ampolas, blister, strips, frascos ou outras) devem apresentar o número do lote e o prazo de validade.
- 3.13.** Os medicamentos que necessitem de acessórios para sua aplicação ou administração devem vir acompanhados desses, inclusive, dos respectivos diluentes, filtros, equipos para transferência ou infusão, se especificado em edital ou constantes no registro do Ministério da Saúde.
- 3.13.1.** O valor dos acessórios mencionados no item 1.3.12 já está incluído no(s) preço(s) cotado(s) para o(s) medicamento(s).
- 3.14.** No caso de soros e soluções parentais de grande volume, o produto deve vir protegido individualmente, com invólucro plástico ou similar, devidamente selado.
- 3.15.** No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentar lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.
- 3.16.** Os aplicadores que acompanham cremes, pomadas ou geleias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.

**JEAN CARLOS PETRY:**  
06308681903

Assinado digitalmente por JEAN CARLOS PETRY\_06308681903  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria de Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=760852000132, OU=presencial, CN=JEAN CARLOS PETRY\_06308681903  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização: sua localização de assinatura aqui  
Data: 2023.05.16 10:58:47-03'00"  
Foxit PDF Reader Versão: 11.2.1

3

Inserido ao Protocolo 19.307.174-0 por Lucas de Castro Furtado em: 05/05/2023 11:49. Download realizado por Elisiane de Farias em 08/05/2023 14:04

Assinatura Qualificada realizada por: **Adilson Luiz Lucas Prusse** em 31/05/2023 07:19. Assinatura Qualificada Externa realizada por: **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:58, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:58, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:58, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:59, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:59, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:59, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00.



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 0375/2023 - GMS Nº 2054/2023.**

**3.17.** Havendo necessidade técnica ou administrativa, o licitante poderá encaminhar os produtos entregues para análise, em laboratórios analíticos – certificadores habilitados para atestar a conformidade às exigências e requisitos de qualidade a serem cumpridos por fabricantes e fornecedores (art. 3º da Portaria MS/GM nº 1.818/1997).

**CLÁUSULA QUARTA – PREÇO E VALOR DO CONTRATO**

**4.1** O CONTRATANTE pagará à(o) CONTRATADA(O) os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato.

**4.2** O valor total do contrato é de **R\$ 31.380,00 (trinta e um mil trezentos e oitenta reais).**

**4.3** No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

**4.4** No preço pactuado está incluído o valor dos acessórios para aplicação ou administração do medicamento, bem como o valor dos diluentes, filtros, equipos para transferência ou infusão, se especificado em edital ou constantes no registro do Ministério da Saúde.

**CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**5.1** A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 5.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 72 do Decreto Estadual nº 4.993/2016.

**5.2** A responsabilidade pela fiscalização do presente contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 5.3 deste contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos art. 73 e 74 do Decreto Estadual nº 4.993/2016.

**5.3** Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por Portaria da Contratante.

- **GESTOR: Marcio Zapchon**, RG: 6.437.580-6 – PR, CPF nº 034.434.089-90, servidor público estadual, atualmente exercendo a função de Diretor do Complexo Médico Penal CMP, e-mail [marciozapchon@depen.pr.gov.br](mailto:marciozapchon@depen.pr.gov.br) e telefone (41) 3661-3001

- **FISCAL: Sheila Manoela Flora**, RG: 7.076.137-8, CPF nº 044.961.359-30, servidora pública estadual, atualmente exercendo a função de Farmacêutica – Bioquímica, e-mail [Sheila.flora@depen.pr.gov.br](mailto:Sheila.flora@depen.pr.gov.br), telefone (41)3661-3078.

**5.4** As partes designarão prepostos credenciados para coordenar e acompanhar as atividades, ações e resoluções de assuntos de sua responsabilidade, referente à execução deste contrato, observadas as seguintes condições e formalidades mínimas:

I – os prepostos credenciados poderão realizar esclarecimentos, complementações e solucionar divergências, desde que não alterem este contrato, em reuniões documentadas em atas e assinadas pelos credenciados;

**JEAN CARLOS PETRY:**  
06308681903

Assinado digitalmente por JEAN CARLOS PETRY 06308681903  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RRB e CPF AT, OU=(EM BRANCO), OU=7030552000132, O=Impressora  
CN=JEAN CARLOS PETRY:06308681903  
Raizão: Eu sou o autor deste documento  
Localização: sua localização de assinatura  
Data: 2023.05.16 10:59:05-03'00"  
Foxit PDF Reader Versão: 11.2.1

4

Inserido ao Protocolo 19.307.174-0 por Lucas de Castro Furtado em: 05/05/2023 11:49. Download realizado por Elisiane de Farias em 08/05/2023 14:04

Assinatura Qualificada realizada por: **Adilson Luiz Lucas Prusse** em 31/05/2023 07:19. Assinatura Qualificada Externa realizada por: **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:58, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:58, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:58, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:59, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:59, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:59, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00.







**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 0375/2023 - GMS Nº 2054/2023.**

da contacorrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo regulamento.

**9.3** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = \frac{(TX) I}{365}$

365

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

**CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

**10.1** As partes obrigam-se a adotar todas as providências para a fiel execução deste contrato.

**10.2** O(A) CONTRATADO(A) obriga-se especialmente a:

**10.2.1** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão, quando couber, as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

**10.2.2** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990);

**10.2.3** substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**10.2.4** comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**10.2.5** indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

**10.2.6** manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**10.2.7** manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

**10.2.8** o Contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão

**JEAN CARLOS PETRY:**  
06308681903

Assinado digitalmente por JEAN CARLOS PETRY:06308681903  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(SEM BRANCO), OU=788592000132, OU=presencial, CN=JEAN CARLOS PETRY:06308681903  
Resido: Eu sou o autor deste documento  
Localização: sua localização de assinatura aqui  
Data: 2023.05.16 10:59:42-03'00'  
Foxit PDF Reader Versão: 11,2,1

6

Inserido ao Protocolo 19.307.174-0 por Lucas de Castro Furtado em: 05/05/2023 11:49. Download realizado por Elisiane de Farias em 08/05/2023 14:04

Assinatura Qualificada realizada por: **Adilson Luiz Lucas Prusse** em 31/05/2023 07:19. Assinatura Qualificada Externa realizada por: **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:58, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:58, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:58, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:59, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:59, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:59, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00.









**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 0375/2023 - GMS Nº 2054/2023.**

f) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial, infrações à ordem econômica definidos na Lei Federal nº 12.529/2011;

g) tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.

**12.10** O impedimento de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais e Serviços – GMS, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será aplicado a quem:

a) recusar-se injustificadamente, após ser considerado adjudicatário, a assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido neste edital;

b) deixar de entregar documentação exigida para o certame;

c) apresentar documentação falsa;

d) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

e) não mantiver a proposta;

f) falhar ou fraudar na execução do Contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo, fora das hipóteses da cláusula 13.9;

h) cometer fraude fiscal.

**12.11** Cabe ao órgão e/ou entidade contratante registrar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nas Ata de Registro de Preços ou no instrumento contratual, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.

**12.11.1** Na hipótese do item 13.11, a autoridade máxima do órgão e/ou entidade contratante é a autoridade competente para impor as penalidades previstas no item 13.1, alíneas “c”, “d” e “e”.

**12.12** Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com a Administração ou da declaração de inidoneidade:

a) às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

b) as pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas na alínea “a”.

**12.13** Na aplicação das sanções, a Administração observará as seguintes circunstâncias:

a) proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação;

b) os danos resultantes da infração;

Assinado digitalmente por JEAN CARLOS PETRY:06308681903  
DNI: C=BR, O=ICP=Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFID e-CPP A1, OU=EM BRANCO, OU=76086620000152, OU=Presencial, CN=JEAN CARLOS PETRY:06308681903  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização: sua localização de assinatura aqui  
Data: 2023.05.16 11:00:38-03'00"  
Foxit PDF Reader Versão: 11.2.1

**JEAN CARLOS PETRY:**  
**06308681903**

9

Inserido ao Protocolo 19.307.174-0 por Lucas de Castro Furtado em: 05/05/2023 11:49. Download realizado por Elisiane de Farias em 08/05/2023 14:04

Assinatura Qualificada realizada por: **Adilson Luiz Lucas Prusse** em 31/05/2023 07:19. Assinatura Qualificada Externa realizada por: **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:58, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:58, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:58, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:59, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:59, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:59, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00.



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 0375/2023 - GMS Nº 2054/2023.**

- c) situação econômico-financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa;
- d) reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza após aplicação da sanção anterior; e
- e) circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração.

**12.14** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Estadual nº 15.608/2007, da Lei Federal nº 10.520/2002 e da Lei Federal nº 8.666/1993.

**12.15** Sem prejuízo das penalidades previstas nas cláusulas anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846/2013, regulamentada, no âmbito do Estado do Paraná, pelo Decreto Estadual nº 10.271/2014.

**12.16** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

**12.17** Todas as penalidades descritas neste Contrato somente serão efetivamente aplicadas após instauração de regular processo administrativo.

**12.18** Após decisão definitiva proferida no processo administrativo, as multas aplicadas deverão ser recolhidas à conta da Administração, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, sob pena de seu valor ser descontado da garantia do Contrato ou do documento de cobrança, na ocasião do pagamento, podendo, ainda, ser exigida judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CASOS DE RESCISÃO**

**13.1** O presente instrumento poderá ser rescindido:

- a) por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII a XX do art. 129 da Lei Estadual nº 15.608/2007;
- b) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no respectivo procedimento administrativo, desde que haja conveniência para a Administração; ou
- c) judicialmente, nos termos da legislação.

**13.2** No caso de rescisão amigável, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

**13.3** Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

**13.4** O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de rescisão administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

**JEAN CARLOS PETRY:**  
063086819  
03

Assinado digitalmente por JEAN CARLOS PETRY 06308681903  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=7608620000132, OU=essencial, CN=JEAN CARLOS PETRY 06308681903  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização: sua localização de assinatura atual  
Data: 2023.05.16 11:00:59-03'00"  
Foxit PDF Reader Versão: 11.2.1

10

Inserido ao Protocolo 19.307.174-0 por Lucas de Castro Furtado em: 05/05/2023 11:49. Download realizado por Elisiane de Farias em 08/05/2023 14:04

Assinatura Qualificada realizada por: **Adilson Luiz Lucas Prusse** em 31/05/2023 07:19. Assinatura Qualificada Externa realizada por: **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:58, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:58, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:58, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:59, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:59, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:59, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00.



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 0375/2023 - GMS Nº 2054/2023.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

**14.1** Este Contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas no art. 112 da Lei Estadual n.º 15.608/2007.

**14.1.1** O Contratado está obrigado a aceitar acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.

**14.2** É admissível a continuidade do Contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

**14.3** As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao Contrato.

**14.4** Não será admitida a subcontratação do fornecimento.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**15.1** O **CONTRATANTE**, na condição de controlador, e a **CONTRATADA**, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, observados os ditames da Lei Federal nº 13.709/2018 e do Decreto Estadual nº 6.474/2020.

**15.2** O tratamento de dados pessoais indispensáveis à execução do contrato por parte da **CONTRATADA** será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do **CONTRATANTE**, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade, bem como as diretrizes e instruções transmitidas pelo **CONTRATANTE**.

**15.3.** Os dados pessoais tratados pela **CONTRATADA** somente poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, vedada sua utilização para outros fins.

**15.4** Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa **SUBCONTRATADA** dependerá de autorização prévia do **CONTRATANTE**, hipótese em que a **SUBCONTRATADA** ficará sujeita aos mesmos limites e obrigações legais e contratuais impostos à **CONTRATADA**.

**15.5** A **CONTRATADA** deverá manter registro dos tratamentos de dados pessoais que realizar em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo, disponibilizando-o quando solicitado.

**15.6** A **CONTRATADA** deverá comprovar a adoção de medidas técnicas e administrativas de segurança aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados ou de qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observados os segredos comercial e industrial, respeitando-se os padrões definidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e o disposto na legislação de proteção de dados e privacidade aplicáveis, sem prejuízo das obrigações relacionadas à segurança da informação e ao dever de sigilo aplicáveis às **PARTES**.

**15.7** A **CONTRATADA** responderá pelos danos que causar em virtude da violação da segurança

JEAN  
CARLOS  
PETRY:  
0630868190  
3

Assinado digitalmente por JEAN CARLOS PETRY\_06308681903  
Dir. C-RR, C-HP-Brazil  
OU=Secretaria de Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RPB e-CPF AT, OU=JEAN BRANCO, OU=7695920001132, OI=Presencial, CN=JEAN CARLOS PETRY\_06308681903  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localizando sua localização de assinatura aqui  
Data: 2023.05.16 11:01:21-0300  
Foxit PDF Reader Versão: 11.2.1

11

Inserido ao Protocolo 19.307.174-0 por Lucas de Castro Furtado em: 05/05/2023 11:49. Download realizado por Elisiane de Farias em 08/05/2023 14:04

Assinatura Qualificada realizada por: **Adilson Luiz Lucas Prusse** em 31/05/2023 07:19. Assinatura Qualificada Externa realizada por: **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:58, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:58, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:58, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:59, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:59, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:59, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00.







**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 0375/2023 - GMS Nº 2054/2023.**

encarregado do **CONTRATANTE** à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada, na forma do Decreto 6.474/2020.

**15.20** O descumprimento da LGPD ou demais cláusulas do presente Termo Aditivo, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação das penalidades previstas no Contrato e na legislação pertinente, incluindo a rescisão do Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE**

**16.1** A **CONTRATADA** se obriga a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus empregados, prepostos e/ou representantes faça uso das **INFORMAÇÕES** obtidas em cumprimento do **CONTRATO**.

**16.1** A **CONTRATADA** responsabiliza-se por todas as pessoas que vierem a ter acesso às **INFORMAÇÕES** por seu intermédio, obrigando-se a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e/ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo ou confidencialidade de todas as informações fornecidas.

**16.2** A **CONTRATADA** se compromete a cientificar seus empregados, prepostos e/ou representantes da existência deste **TERMO** e da natureza confidencial das **INFORMAÇÕES** referidas na Cláusula Primeira, parágrafo primeiro.

**16.3** A **CONTRATADA** firmará acordos por escrito com seus empregados, prepostos e/ou representantes ligados direta ou indiretamente ao **CONTRATO**, cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS PENALIDADES DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE**

**17.1** A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor, incluindo a **RESCISÃO DO CONTRATO** firmado entre as **PARTES**.

**17.2** A **CONTRATADA** estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo Estado do Paraná, inclusive os de ordem moral, sem prejuízo da apuração de responsabilidade no âmbito civil, criminal e administrativo após regular processo administrativo ou judicial.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VIGÊNCIA DA OBRIGAÇÃO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO**

**18.1** A vigência da obrigação de confidencialidade e sigilo terá validade enquanto a informação não for tornada de conhecimento público por meios lícitos, ou mediante autorização escrita concedida pela **CONTRATANTE**, observados o interesse público, a boa-fé e a finalidade que justificaram a sua disponibilização.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS INFORMAÇÕES NÃO SIGILOSAS**

**19.1** As **INFORMAÇÕES** que se qualifiquem como dados pessoais não sigilosos, quando não digam respeito às atividades de segurança pública, segurança do Estado ou atividades de investigação e repressão de infrações penais, serão objeto de cláusulas próprias, de acordo com o disposto na Lei n. 13.079/2018 (LGPD) e no Decreto n. 6.474 de 2020.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS**

**JEAN CARLOS PETRY:**  
06308681903

Assinado digitalmente por JEAN CARLOS PETRY/06308681903  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=(EM BRANCO), OU=7608562000132, OU=presencial, CN=JEAN CARLOS PETRY/06308681903  
Resido: Eu sou o autor deste documento  
Localização: sua localização de assinatura  
#3ui  
Data: 2023.05.16 11:02:04-03'00"  
Foxit PDF Reader Versão: 11.2.1

13

Inserido ao Protocolo 19.307.174-0 por Lucas de Castro Furtado em: 05/05/2023 11:49. Download realizado por Elisiane de Farias em 08/05/2023 14:04

Assinatura Qualificada realizada por: **Adilson Luiz Lucas Prusse** em 31/05/2023 07:19. Assinatura Qualificada Externa realizada por: **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:58, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:58, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:58, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:59, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:59, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:59, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00.





Documento: **Anexo\_4\_03752023INPHARMAHOSPITALARLTDHMP1.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Adilson Luiz Lucas Prusse** em 31/05/2023 07:19.

Assinatura Qualificada Externa realizada por: **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:58, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:58, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:58, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:58, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:59, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:59, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:59, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 10:59, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:00, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:01, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:01, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:01, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:02, **Jean Carlos Petry** em 16/05/2023 11:02.

Inserido ao protocolo **19.307.174-0** por: **Elisiane de Farias** em: 18/05/2023 13:58.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:  
**6160ab425924d5cfbbbe9dcc6abeb902**.